

Qin
H

Protocolo de Colaboração

A Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social, define como um dos objetivos fundamentais do subsistema de ação social, a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades.

Na concretização destes objetivos da Ação Social, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, adiante designado por SAAS, regulamentado pela Portaria n.º188/2014, de 18 de setembro, republicada pela Portaria n.º137/2015, de 19 de maio, reveste-se de grande importância contribuindo para uma proteção especial aos grupos mais vulneráveis através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos adequados a cada situação, tendo em vista a promoção da melhoria das condições de vida e bem-estar das populações, condições essas facilitadoras da inclusão social.

Um dos princípios gerais do sistema é o princípio da descentralização que se manifesta pela autonomia das instituições, tendo em vista uma maior aproximação às populações, no quadro da organização e do planeamento do sistema e das normas e orientações de âmbito nacional, bem como das funções de supervisão e fiscalização das autoridades públicas;

O nº 1 do artigo 31º da Lei que aprova as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social menciona que a Ação Social é desenvolvida pelo Estado, pelas Autarquias e pelas instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelo estado, em consonância com os princípios e linhas de orientação definidos;

Nos termos do nº 6 do artigo atrás referido, o desenvolvimento da Ação Social concretiza-se, no âmbito da intervenção local, pelo estabelecimento de parcerias, designadamente através da rede social, envolvendo a participação e a colaboração dos diferentes organismos, nomeadamente das Autarquias;

Uma das respostas da Ação Social que contribui para o combate à exclusão, é o atendimento e o acompanhamento social de indivíduos em situação de risco ou exclusão, o qual através da informação, da orientação e da mobilização dos recursos adequados, promove a melhoria das condições de vida e bem-estar, facilitadores da inclusão social.

Nestes termos, entre:

O Primeiro Outorgante:

Instituto da Segurança Social, I.P., adiante designado por ISS, I.P, pessoa coletiva n.º 505 305 500, neste ato representado por Rui Miguel Meira Barreira, na qualidade de Diretor do Centro Distrital de Braga, com poderes delegados por deliberação do Conselho Diretivo de 17 de novembro de 2015 para o presente ato que outorga.

E

O Segundo Outorgante:

Câmara Municipal de Terras de Bouro, adiante designada de Câmara Municipal, com sede na Praça do Município, na freguesia Moimenta, e concelho de Terras de Bouro, distrito de Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Joaquim José Cracel Viana.

É celebrado, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, livremente e de boa-fé, no mútuo reconhecimento da plena capacidade contratual que lhes assiste e no respeito pelas normas legais aplicáveis em vigor, o presente Protocolo, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

O presente protocolo destina-se, a desenvolver a resposta de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, designado por SAAS, através do qual se pretende assegurar o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

Cláusula 2.ª

(Âmbito territorial de intervenção)

O presente Protocolo aplica-se à totalidade das freguesias do concelho de Terras de Bouro.




Cláusula 3ª
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante, obriga-se a:

- a) Permitir, no âmbito do exercício do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, que os técnicos designados pela Instituição, possam atender, diagnosticar, propor e acompanhar, com recurso aos instrumentos, técnicas e meios disponibilizados, os cidadãos residentes nas freguesias acima designadas;
- b) Garantir a divulgação permanente das orientações e procedimentos a adotar na área do atendimento e acompanhamento social;
- c) Apreciar todas as propostas apresentadas pelos técnicos afetos ao serviço e, sobre elas, tomar decisões;
- d) Supervisionar todo o trabalho desenvolvido pela equipa técnica, na área do atendimento e acompanhamento social;
- e) Transferir para a Instituição os processos em movimento de Ação Social, que digam respeito aos cidadãos das freguesias abrangidas por este protocolo;
- f) Facultar formação e informação ao pessoal técnico e não técnico envolvido;
- g) Disponibilizar o acesso à utilização de aplicações informáticas no estrito limite das necessidades da prestação de serviços protocolados;
- h) Acompanhar, monitorizar, avaliar e propor ações de melhoria ao presente protocolo.

Cláusula 4.ª
(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante, enquanto entidade executora das atividades protocoladas, obriga-se a:

- a) Desenvolver as atividades necessárias à concretização dos serviços contratualizados para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, de acordo com o definido no enquadramento legal aplicável;
- b) Implementar novos mecanismos de atuação e diferentes estratégias de ação, em resposta às necessidades sociais diagnosticadas;
- c) Manter a estrutura de recursos humanos nos termos definidos no presente protocolo;
- d) Garantir o modo de funcionamento do serviço, de acordo com o definido no enquadramento legal aplicável;

- e) Elaborar o Regulamento Interno do SAAS, de acordo com o modelo a fornecer pelo Centro Distrital que, depois de aprovado por este organismo, deverá ser dado a conhecer aos utentes;
- f) Dispor de instalações para funcionamento da modalidade do serviço de acordo com o definido no enquadramento legal aplicável;
- g) Organizar e registar o respetivo processo familiar, utilizando para o efeito o modelo informático normalizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.,
- h) Solicitar aos destinatários, consentimento para a recolha da informação, segundo o modelo a fornecer pelo Centro Distrital;
- i) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e intervenção social com indivíduo/famílias;
- j) Garantir a organização de arquivo próprio, em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- k) Lavrar um registo próprio relativamente a toda a correspondência recebida e enviada;
- l) Responder com brevidade e atempadamente, por escrito, a qualquer solicitação do Centro Distrital;
- m) Elaborar anualmente, um relatório de avaliação, onde reflitam os principais resultados obtidos com a intervenção, com vista à renovação do protocolo em apreço;
- n) Articular com os Núcleos Locais de Intervenção (NLI), no âmbito das competências legalmente previstas;
- o) Disponibilizar ao primeiro outorgante toda a informação solicitada no âmbito do serviço de atendimento e acompanhamento social;
- p) Aceitar a reorganização dos territórios e das áreas de intervenção, propostas pelo Centro Distrital, sempre numa linha de otimização dos recursos locais;
- q) Zelar pelo cumprimento das medidas, solicitando prévio parecer ao Centro Distrital., sobre qualquer tipo de alteração que pretenda efectuar;
- r) Colaborar com as ações de acompanhamento e fiscalização desenvolvidas pelo primeiro outorgante.

Cláusula 5.ª

(Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social)

1 - Para efeitos do disposto na alínea g) da cláusula anterior, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada

Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

2 - Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no art. 31º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro.

3 - O segundo outorgante compromete-se a fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder às aplicações acima citadas, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra passe, nos termos da política em vigor para a atribuição de acessos a funcionários do ISS, I.P., bem como a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.

4 - O acesso às aplicações informáticas referidas no n.º 1 da presente cláusula, por parte das pessoas autorizadas será efetuado remotamente, através de um código de utilizador e de uma palavra passe.

5 - Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, bem como zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema.

6 - De acordo com o previsto nos arts. 14º e 15º, da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, são ainda adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:

- a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta/alteração é auditável a todo o tempo quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data/hora;
- b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema, e dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação e data/hora da alteração.

Cláusula 6.ª

(Sigilo)

1 - As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades estabelecidas ao abrigo do presente protocolo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.

2 – A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso em responsabilidade criminal, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Cláusula 7.ª

(Cessação do protocolo)

O presente protocolo poderá cessar por:

- a) Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b) Revogação, por acordo entre os outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c) Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d) Denúncia de qualquer um dos outorgantes, por motivos devidamente justificados, mediante comunicação escrita enviado ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos devidamente justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias acima referidas.

Cláusula 8.ª

(Revisão do protocolo)

O presente protocolo poderá ser, total ou parcialmente, revisto, por acordo expresso das partes, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a) Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b) Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Qis
M

Cláusula 9.^a

(Foro competente)

Para resolução de qualquer eventual litígio emergente do presente contrato, as partes convencionam desde já, como competente o Tribunal da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 10.^a

(Anexos ao protocolo)

Consta como anexo ao presente protocolo, fazendo parte integrante do mesmo:

- a) A listagem da organização territorial e locais de atendimento por concelho/ freguesia e respetivos horários de funcionamento.
- b) Listagem nominal dos recursos humanos adstritos ao serviço de atendimento e acompanhamento social, com discriminação das habilitações académicas, função desempenhada e taxa de afetação;

Cláusula 11.^a

(Disposições Finais)

- 1 – Em casos devidamente fundamentados e com respeito a quadro legal definido, mediante acordo das partes, poderão introduzir-se novas cláusulas e/ou alterações às já existentes, através de adendas ao presente protocolo, as quais são parte integrante do mesmo.
- 2 - O presente protocolo sobrepõe-se a qualquer outro previamente existente, no mesmo âmbito, ou acordo ou entendimento contraditório com os termos expressos no presente clausulado.
- 3 - Em tudo o que não esteja especialmente previsto, é aplicável o disposto na regulamentação do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, em vigor.

Cláusula 12.^a

(Vigência)

- 1. O presente protocolo tem a duração de 12 meses, renovável por igual período de tempo, mediante avaliação favorável efectuada pelo Centro Distrital, se não for denunciado por qualquer dos outorgantes, nos termos da alínea d) da cláusula 7.^a.

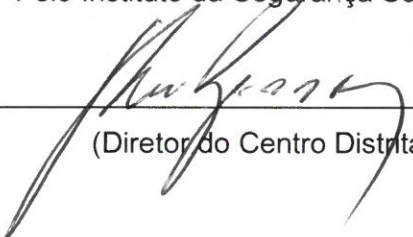
2. A avaliação referida no número anterior incidirá sobre o interesse das partes, condições e termos em que ocorrerá a renovação.

3. O presente protocolo produz efeitos a 09 de junho de 2016, sendo o seu término a 08 de junho de 2017.

O presente protocolo é celebrado aos nove dias, do mês de junho de dois mil e dezasseis, encontrando-se redigido em oito páginas, e dele foram feitos dois exemplares, que vão ser assinados e rubricados pelos outorgantes, ficando um exemplar na posse de cada um dos mesmos.

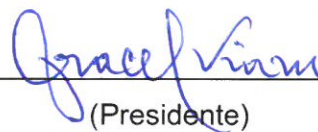
Braga, 09 de junho de 2016

Pelo Instituto da Segurança Social, I.P.



(Diretor do Centro Distrital)

Pela Câmara Municipal de Terras de Bouro



(Presidente)

Anexo ao Protocolo
Celebrado em 09/06/2016 entre
Instituto da Segurança Social, I.P.
e
Câmara Municipal de Terras de Bouro

Cláusula 1.^a
(Âmbito territorial de intervenção)

O presente protocolo aplica-se à totalidade das freguesias do concelho de Terras de Bouro.

Cláusula 2.^a
(Locais de Atendimento)

O atendimento à população das freguesias do Concelho de Terras de Bouro, referidas na Cláusula 1.^a decorrerá nos seguintes locais:

Serviço de Ação Social da Câmara Municipal, sito na Rua Aquilino Rodrigues Pereira, nº 17 – Moimenta.

Cláusula 3.^a
(Horário de Funcionamento)

O atendimento à população referido na Cláusula 2.^a apresenta o seguinte horário de funcionamento:
segunda a quinta-feira: das 9:00h às 13:00h e das 14:00h às 17:30h;
sexta-feira: das 9:00h às 13:00h.

Cláusula 4.^a
(Local de Funcionamento)

A equipa do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social tem sede nas instalações do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal, sita na Rua Aquilino Rodrigues Pereira, nº 17 – Moimenta.

Cláusula 5.^a
(Recursos Humanos)

1. O pessoal afeto ao serviço durante a vigência do protocolo é o seguinte:

Identificação	Habilitações	Função	Afetação (%)
Benvinda dos Anjos da Silva Cosme	Licenciatura em Sociologia das Organizações	Atendimento e acompanhamento social	50%
Filipe Manuel Mota Pires	Licenciatura em Serviço Social	Atendimento e acompanhamento social	50%
Sara Maria Pereira de Freitas	Licenciatura em Informática de Gestão	Assistente Técnica Triagem	50%

2. Caso se registem alterações ao número anterior, no decurso no ano a que o presente anexo se reporta, deverá a Instituição informar imediatamente de tal facto o Centro Distrital.

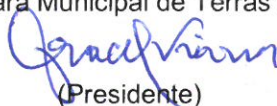
Braga, 09 de junho de 2016

Pelo Instituto da Segurança Social, I.P.



(Diretor do Centro Distrital)

Pela Câmara Municipal de Terras de Bouro



(Presidente)